

PERFIL DOS COTISTAS DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO: UMA PRIMEIRA ANÁLISE

Francisco Jatobá de Andrade

Introdução

Antes de seu reconhecimento como Universidade de Pernambuco (UPE), na década de 1990, a instituição denominava-se Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP) e, como diz o nome, tratava-se de uma fundação ligada ao Governo do Estado de Pernambuco, criada em 1965. A criação da FESP ocorreu pela união de algumas faculdades e escolas superiores isoladas, reunidas estrategicamente no governo Paulo Guerra (1964 -1967), sendo algumas dessas instituições datadas do início do século XX (como a Escola Politécnica de Pernambuco, de 1912).

Originalmente, entre 1965 e 1966, foram reunidas as Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco (FCM), Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP), Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco (FCAP) e criadas a Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata (FFPNM) e Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns (FFPG). Ainda na década de 1960, foram agregadas a Escola Politécnica de Pernambuco (EPP), a Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças (FENSG) e a Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP). Na década de 1970 veio a Escola Superior de Educação Física (ESEF) e a criação do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), que agregava o ciclo básico dos cursos da área de saúde e o bacharelado em Ciências Biológicas.

Atualmente, a estrutura organizacional da UPE é composta por uma formação *multicampi* em Unidades de Educação e Saúde tendo, nos últimos anos, a instituição ampliado a quantidade de cursos e vagas de Graduação e Pós-Graduação, bem como seu papel na educação e saúde pública do estado. No ano de 2008¹, a UPE teve um total de 33.391 candidatos ao vestibular, sendo ofertadas 3.480 vagas, em um total de 50 Cursos de Graduação, nos quais estavam

¹ Fonte: UPE em Números (2008) em www.upe.br

matriculados 14.520 estudantes (2008.2). Além disso, dentre esse total de cursos, a UPE conta com o PROGRAPE, um programa de graduação em Pedagogia para formação, em regime especial, de professores que atuam na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, sob responsabilidade das Faculdades de Formação de Professores, tendo este programa um total de 4.944 matriculados. Em nível de Pós-Graduação, a Universidade oferecia, no ano de 2008, 130 cursos, sendo 15 *Stricto Sensu* e 115 *Lato Sensu*, num total de 5.225 alunos. Até o ano de 2009, a Universidade de Pernambuco cobrava taxas mensais que variavam em função do curso (os de Formação de Professores em geral seriam mais baratos, em torno de R\$27,00 em 2004 e os de Medicina e Odontologia seriam mais caros, sendo este último no valor de R\$109,00²). A isenção plena de mensalidades só viria a ser alcançada a partir do ano de 2010.

No ano de 2004, o Conselho Universitário da UPE (CONSUN) aprovou uma reserva de 20% das vagas dos cursos de graduação para os alunos que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas municipais e/ou estaduais no estado de Pernambuco. Segundo argumentação presente na ata de deliberação do CONSUN, de 27 de julho de 2004, essa política de cotas seria suficiente para incluir a população “afro-descendente”, uma vez que, de acordo com a instituição, esta comporia a grande maioria dos estudantes das escolas públicas. De acordo com Andrade (2007), a política afirmativa, nos moldes adotados pela UPE, surgiu também em consequência de um movimento nacional em outras universidades brasileiras (UERJ, UnB, UNEB, etc.), porém, teve seu debate profundamente afetado por um Projeto de Lei Estadual³, o qual previa uma reserva de 30% das vagas de graduação para estudantes que se auto-declarassem afro-descendentes e tivessem renda familiar máxima de 5 salários mínimos.

Segundo entrevistas realizadas pelo autor com professores, Pró-Reitores e o autor do Projeto de Lei envolvido no processo de implantação da política afirmativa da UPE, a instituição articulou para que ela própria elaborasse seu sistema de cotas, assegurando, dessa forma, a autonomia universitária. Todavia, o que se constatou nesse movimento foi o afastamento da questão racial, outrora centro do debate, para a criação de uma reserva de 20% de estudantes que tivessem cursado integralmente todo o ensino médio em escolas públicas municipais ou estaduais em Pernambuco⁴.

² Fonte: http://www.pernambuco.com/diario/2004/08/01/urbana15_0.html acessado em 14/03/2010.

³ Projeto de Lei No. 340/2003.

⁴ O elemento racial (declarar-se “negro ou pardo” no ato da inscrição) entrou como 2º critério de desempate, sendo o 1º o maior número de pontos na prova de português (interpretação de texto, gramática e literatura).

A concorrência do estudante de escola pública pelo sistema de cotas não é compulsória, cabendo ao mesmo optar por essa modalidade no ato da inscrição identificando-se de acordo com a solicitação do campo 14 (*Participação no Sistema de Cotas*) do Manual do Vestibular e comprovando a autenticidade de sua declaração.

O objetivo deste trabalho é o de analisar o perfil dos estudantes da Universidade de Pernambuco que prestaram vestibular para ingresso no ano de 2005 (primeiro certame com sistema de cotas), tendo como base as informações coletadas pela própria instituição no ato da inscrição do candidato (Manual do Vestibular). Como elemento de comparação e almejando compreender melhor as características do referido grupo, recorreremos ao perfil dos estudantes veteranos da UPE, matriculados no 2º semestre de 2004 e cujas informações foram coletadas também pela própria Universidade.

Nesta primeira observação, de caráter bastante exploratório, focamo-nos em investigar o perfil sócio-racial dos estudantes da UPE imediatamente antes (2º semestre de 2004) e depois (vestibular 2005) da implantação da política de cotas, no intuito de enxergar possíveis diferenças raciais entre os grupos de estudantes e suas distribuições nos cursos ofertados pela instituição de ensino superior.

Cabe explicitar que partimos de uma orientação teórica segundo a qual consideramos raça como um construto social⁵ e seu necessário reconhecimento para a superação de desigualdades entre grupos populacionais cujas especificidades não podem ser subsumidas à dimensão socioeconômica (Guimarães, 1999, 2002; Hasenbalg, 2005; Telles, 2003; Henriques, 2001). Nesse sentido, nossa primeira hipótese seria a de que a elaboração da política de cotas da Universidade de Pernambuco, por compreender desigualdades raciais (ou étnicas, de acordo com a ata do CONSUN) como fenômeno basicamente subordinado a condições socioeconômicas, acabaria por reproduzi-las, fazendo com que estudantes brancos se beneficiassem mais que os negros.

Todavia, para enxergar as características dessa desigualdade na política da UPE, foi necessária uma série de testes e análises estatísticas que demonstraram a existência da mesma, entretanto, de forma bem peculiar. Por se tratar de uma Universidade *multicampi*, parte dos cursos da UPE são ofertados em *campi* em cidades do interior de Pernambuco⁶, enquanto outros são ministrados em faculdades situadas no Recife e região metropolitana. Os cursos situados na capital são aqueles considerados de maior prestígio, entre eles: Medicina, Odontologia,

⁵ A partir do racismo anti-racista de Antônio Sérgio Guimarães (2002).

⁶ Nazaré da Mata, Garanhuns e Petrolina originalmente. Posteriormente outras cidades passaram a possuir um faculdade/campus da UPE, como Caruaru e Salgueiro, por exemplo. A análise aqui realizada conta apenas com as três primeiras citadas.

as Engenharias e Administração. Já os cursos do interior do estado são basicamente voltados para a formação de professores (licenciaturas), considerados de menor prestígio. Essa polarização geográfica e de prestígio na oferta dos cursos parece influenciar diretamente a composição sócio-racial das unidades educacionais da UPE, bem como as estratégias educacionais de cotistas e não-cotistas, a depender de sua região de residência (interior ou capital).

Isto posto, seguimos para a hipótese de que os cursos situados no Recife parecem tornarem-se canais de acesso a formação superior e ocupações mais prestigiosas, amplamente monopolizados pela classe média pernambucana, enquanto os cursos do interior do estado acabam sendo mais acessados pelas camadas mais populares, geralmente de origem rural.

Dessa forma, por não considerar o elemento racial como um fator ativo na constituição da desigualdade entre negros e brancos, persistente e adaptado à racionalidade da sociedade competitiva (Fernandes, 1965, 1978 e Hasenbalg, 2005), a política de cotas da UPE permitiria aos cursos de maior prestígio tornarem-se nichos mais facilmente acessados por estudantes brancos em suas trajetórias de reprodução ou ascensão social, em função, entre outras razões, da transmissão de vantagens educacionais herdadas de seus pais.

Tendo isso em consideração, nos propusemos a comparar estatisticamente a composição sócio-racial dos cursos de graduação da Universidade de Pernambuco, dividindo-os em categorias hierarquizadas em faixas de prestígio (alto, médio e baixo), analisando como cotistas e não-cotistas estão distribuídos, considerando sua região de residência (interior ou capital) e o nível educacional de seus pais.

METODOLOGIA

Os resultados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa ainda em andamento, e se constituem de uma análise quantitativa de bancos de dados correspondentes a informações coletadas pela própria Universidade em dois momentos distintos: No segundo semestre de 2004 e no vestibular 2005.

Banco de dados 01	Fonte	Momento da Coleta	Instrumento de Coleta
Veteranos 2004	Universidade de Pernambuco	Matrícula de estudantes regulares para o 2o semestre de 2004	Questionário de marca ótica elaborado pela UPE e preenchido no ato da matrícula
Banco de dados 02	Fonte	Momento da Coleta	Instrumento de Coleta
Vestibulandos 2005	Universidade de Pernambuco	Inscrição para o Vestibular 2005,	Ficha de inscrição do Vestibular 2005 elaborado pela UPE e de preenchimento obrigatório por todos os candidatos

O primeiro banco de dados, referente ao segundo semestre de 2004, foi parte de um estudo realizado através de coleta interna de dados, utilizando como instrumento um formulário de marca ótica, respondido voluntariamente pelos alunos matriculados na Universidade de Pernambuco, com intuito de caracterizar o perfil destes e dos cursos das respectivas unidades de ensino⁷. O segundo banco de dados foi montado a partir das informações fornecidas pelos estudantes no momento da inscrição para o exame vestibular, ao final do ano de 2004, para entrada no ano de 2005. Tais informações foram extraídas dos campos preenchidos pelos alunos no *Manual do Candidato ao Vestibular 2005* da UPE e consolidadas em um banco de dados com 31.129 casos.

Por meio da comparação entre esses bancos, visamos analisar dois momentos institucionais distintos, separados por um curto espaço de tempo e por uma resolução interna, no caso, a política de cotas, que repercutiu diretamente na composição de seu corpo discente. Os impactos dessa resolução no perfil dos estudantes da Universidade, isto é, antes e depois da política de cotas instituída no Vestibular 2005, bem como os efeitos desta na composição sócio-racial dos cursos de graduação e unidades de ensino da UPE. Dessa forma, analisamos o perfil discente da UPE comparando, especialmente, cotistas e não-cotistas, no intuito de observar diferenças e similaridades no tocante a:

⁷ Informações como cor/raça, renda, curso, tipo de escola em que cursou o ensino médio, entre outras.

- Média da nota de acesso via vestibular (escores)
- Distribuição por tipos de Cursos de Graduação
- Composição racial
- Escolaridade dos pais

Os dados contidos nos dois bancos apresentam certas discrepâncias⁸, o que refletiu na necessidade de adaptação de algumas variáveis para permitir a comparação entre eles. Além disso, devemos fazer a ressalva de que o banco dos veteranos não contemplou a Escola Politécnica de Pernambuco (EPP), o que leva a uma fenda analítica no que diz respeito aos efeitos nos cursos de engenharia (de maior prestígio)⁹. Por outro lado, a amplitude do banco de vestibulandos permite observar tal instituição logo após a implantação da política e como se dá a composição dos cursos pós-cotas, permitindo análises e interpretações pontuais.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizei, principalmente, os dados relativos à cor/raça, se egresso de escola pública, a que unidade de ensino estava vinculado, entre outros. Vale salientar que as categorias raciais utilizadas originalmente eram diferentes para os calouros e os veteranos. Para os vestibulandos, a Universidade utilizou a categoria “negro ou pardo”, existente no Manual do Candidato, sem uma segunda opção de identificação.¹⁰ Já para os veteranos, as categorias utilizadas foram “negro”, “branco” e “amarelo”.

Dessa forma, para poder realizar as comparações percentuais entre os grupos, criei a variável *dummy* (dicotômica) “**Negros e Não-Negros**”, uma vez que, por a variável raça se apresentar, no banco do vestibular, de forma agregada, não poderia definir categoricamente a **não declaração** como “branquitude”, apesar de teoricamente essa associação poder ser realizada¹¹. Em outras palavras,

⁸ Como a própria categorização racial que citarei logo adiante (negros e não-negros) e a ausência de indicadores de renda na ficha de inscrição do vestibular, o que fragilizou uma caracterização socioeconômica mais precisa entre os vestibulandos em comparação aos veteranos. Por outro lado, o Manual do Candidato permitiu a análise do nível educacional dos pais dos concorrentes, enquanto entre os veteranos essa informação não foi coletada.

⁹ A ausência da EPP no levantamento de dados sobre os veteranos não foi explicada pela Universidade. Não obstante eu tenha a aprovação das instâncias superiores da UPE para o levantamento dos dados desta pesquisa, as dificuldades de recolhimento de informações institucionais foram consideráveis, o que me levou a tentar refinar ao máximo os dados acessados e consolidados.

¹⁰ Como a identificação racial no processo seletivo é apenas um critério de desempate entre os cotistas (no caso do indivíduo ser “negro ou pardo”, conforme definiu a UPE), essa questão tornou-se um elemento meramente formal.

¹¹ De acordo com o Censo 2000, Pernambuco teria 53,31% de Pardos; 4,94% de Pretos; 40,43% de Brancos; 0,17% de amarelos; 0,41% de indígenas e 0,73% de não declarados. Dessa forma, mesmo que amarelos e indígenas entrem na categoria não-negro, ela ainda seria majoritariamente branca, sem distorções significativas em referência à composição racial do estado.

o “não-negro” não é necessariamente “branco”, por isso o desenvolvimento da análise é feita na base da oposição e não da afirmação, assim como “não-cotistas” (o fato de não ser cotista não significa, necessariamente, que o estudante veio de escola particular, uma vez que parte daqueles que constituem essa categoria podem ter vindo de escolas públicas federais, por exemplo).

Para o desenvolvimento da presente análise recorreremos a métodos quantitativos freqüentemente utilizados nas Ciências Humanas, isto é, basicamente estatísticas descritivas e não-parametrizadas (em função da própria estrutura das variáveis estudadas). A princípio o objetivo seria analisar possíveis impactos da política de cotas nos índices de mobilidade social intergeracional, comparando negros e não-negros tendo como referência os trabalhos de Ribeiro (2007), Hasenbalg (2005), Hasenbalg, Silva e Lima (1999), Hasenbalg e Silva (2003), entre outros. Entretanto, a estrutura dos dados não permitiu a construção de uma escala de *status* socioeconômico que permitisse mensurar de forma mais precisa tal mobilidade.¹²

De maneira geral, as variáveis constituídas em ambos os bancos são categóricas (nominais e ordinais), o que torna as análises por meio de estatísticas paramétricas limitadas. Entretanto, no caso do banco dos vestibulandos temos como variável quantitativa o escore (nota) obtido no exame seletivo. De qualquer maneira, recorrer aos testes não-paramétricos nesse momento pode servir para ilustrar a composição sócio-racial de sua população discente após as cotas.¹³ O banco de dados dos veteranos 2004 apresentou um total de 8.838 casos, cerca de 68% do total de matriculados naquele ano (13.133), já o banco de dados dos vestibulandos 2005 apresentou um total de 31.129 casos, dos quais consideramos para análise apenas 3.055, que correspondiam aos classificados (**ocupantes de vagas**) ao final do processo seletivo.

Os métodos e a linguagem estatística aqui empregada visam ilustrar, empiricamente, como está constituído um microcosmo das relações raciais no espaço da Universidade de Pernambuco, mais especificamente nas repercussões acerca de sua política de cotas. Fundamentalmente, a metodologia quantitativa a qual recorreremos aqui está embasada em pressupostos teóricos de caráter sociológico (tais como classe, *status*, prestígio, raça, mobilidade social, etc.), os quais orientaram todos os procedimentos estatísticos e análises realizadas (a construção das variáveis, os testes de hipótese, a interpretação dos coeficientes de correlação, entre outros).

¹² A caracterização de algum grau de mobilidade pode ser inferida apenas no nível educacional dos pais em comparação aos filhos, entre os vestibulandos do ano de 2005.

¹³ Os testes não-paramétricos empregados ao longo dessa análise foram o Qui-quadrado (χ^2) para variáveis nominais, seguido do V de Cramer (Cramer's V) e o Gamma (Goodman – Kruskal Gamma) para variáveis ordinais. Os dados foram trabalhados com o software estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences).

Obviamente, foge ao escopo deste artigo adentrar profundamente nas questões teóricas relacionadas ao tema, uma vez que optamos por apresentar uma série de dados e resultados de caráter essencialmente empírico e descritivo de um contexto bastante específico (cotistas e não-cotistas, negros e não-negros da Universidade de Pernambuco entre 2004 e 2005).

CLASSIFICAÇÃO DE PRESTÍGIO DOS CURSOS

Construímos a variável “prestígio do curso” para agregarmos os já referidos cursos em ordem hierárquica que permitisse testes de correlação em nível de mensuração ordinal, bem como observar as distribuições dos estudantes em função de sua origem escolar e raça por faixas de prestígio.

De maneira geral, as divisões dos cursos por faixas de prestígio estão sujeitas a inúmeros fatores como concorrência, integração ao mercado, *status* ocupacional, renda, etc. No caso da UPE, consideramos os seguintes elementos como fundamento para a diferenciação de prestígio dos cursos:

- A tradição das áreas profissionais no estado de Pernambuco (que reflete de certa forma, o *status* ocupacional das atividades)
- A localização geográfica das Faculdades (Recife, Região Metropolitana, Zona da Mata, Agreste e Sertão)
- As concorrências e as médias de escore (nota) dos cursos no vestibular
- Salário médio dos cursos/profissão em Pernambuco (em nível de graduação)¹⁴
- Probabilidade de empregabilidade após a conclusão do curso (em nível nacional)

Nesse sentido, para a construção dessa variável, consideramos a seguinte agregação de cursos nas faixas de prestígio:

¹⁴ As informações sobre renda e empregabilidade foram retiradas da pesquisa *O Retorno da Educação no Mercado de Trabalho*, publicada pela Fundação Getúlio Vargas/Centro de Políticas Sociais, em 2005.



Por meio do cruzamento das variáveis “veio da rede pública de ensino” (cota) e “prestígio do curso”, com um Nível de Confiança (N.C) a 95%, encontramos uma relação estatisticamente significativa (Sig.= 0,000) entre *origem escolar* e *prestígio do curso*, onde valor do teste de correlação Gamma foi de 0,462, tendo refutado a Hipótese nula (ou H_0 - ausência de correlação monotônica entre as variáveis) e mantida a Hipótese de trabalho (H_1), compreendendo que há uma relação monotônica crescente¹⁵.

¹⁵O Gamma de Goodman-Kruskal mede a correlação entre duas variáveis de nível ordinal e requer que estas apresentem uma ordenação entre as categorias, indicando também o sentido dessa correlação. Os resultados numéricos que demonstram tanto a força, quanto o sentido das correlações em questão são os coeficientes de correlação linear e podem variar de -1,00 (numa correlação negativa perfeita) a 1,00 (correlação positiva perfeita), quanto mais próximo a 1 ou -1, mais forte é considerada a correlação (independente do sentido).

Partindo de uma orientação teórica na qual aqueles que *não cursaram* integralmente o ensino médio em escola pública advém de uma melhor condição socioeconômica, podemos considerar, nesse sentido, que a dicotomia pode representar uma ordenação, portanto, redefinimos o nível de mensuração da variável de nominal para ordinal. Em seguida, considerando também a hierarquia existente na variável “Prestígio do Curso” (baixo, médio e alto), recorremos ao teste Gamma para variáveis ordinais, visando analisar a existência de uma relação monotônica entre cotistas/não-cotistas e tipos curso. Podemos considerar que o “sim” (oriundo de escola pública) é menor que o “não”, em termos de acesso a ensino de melhor qualidade e condições socioeconômicas. Seria apenas a utilização dessa variável como uma *Proxy* de classe e/ou renda.

Tabela 01 - Veio da rede pública de ensino (cota) X Prestígio do curso.

		Prestígio do curso			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Veio da rede pública de ensino?	SIM	693 69,8%	90 9,1%	210 21,1%	993 100,0%
	NÃO	862 41,8%	360 17,5%	840 40,7%	2062 100,0%
Total		1555 50,9%	450 14,7%	1050 34,4%	3055 100,0%

Fonte: CONUPE/UPE – Tabulações do autor

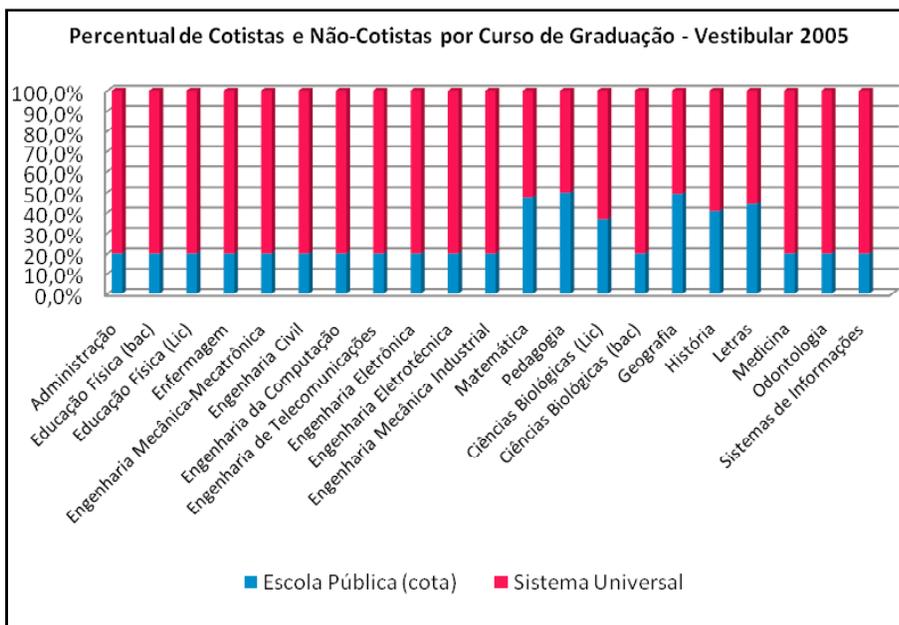
Dos 3055 classificados no vestibular 2005, observamos a tendência dos **alunos aprovados por cotas a estarem focados nos cursos de menor prestígio (69,8%)** e apenas escassamente representados nos cursos de médio (9,1%) e alto (21,1%) prestígio. Os não-cotistas se distribuem melhor entre os cursos, de uma forma geral e apesar de uma pequena maioria estar localizada nos cursos de menor prestígio (41,8%), sua composição nos cursos de médio (17,5%) e alto (40,7%) prestígio é bastante superior aos cotistas.

De acordo com o gráfico abaixo (01), a distribuição de cotistas por cursos na UPE é consideravelmente maior que 20% nos cursos de Formação de Professores no interior do estado, indicando que a segmentação dos cursos, tanto por *status*, quanto por localização geográfica, ressalta as barreiras (ou gargalos) competitivas nos cursos da capital.¹⁶

¹⁶ A Cota de 20% é um piso e não um teto. Em cidades do interior, é muito comum que grande parte dos estudantes tenha cursado todo o ensino médio em escolas públicas, o que explicaria essa sobre-representação.

Gráfico 01

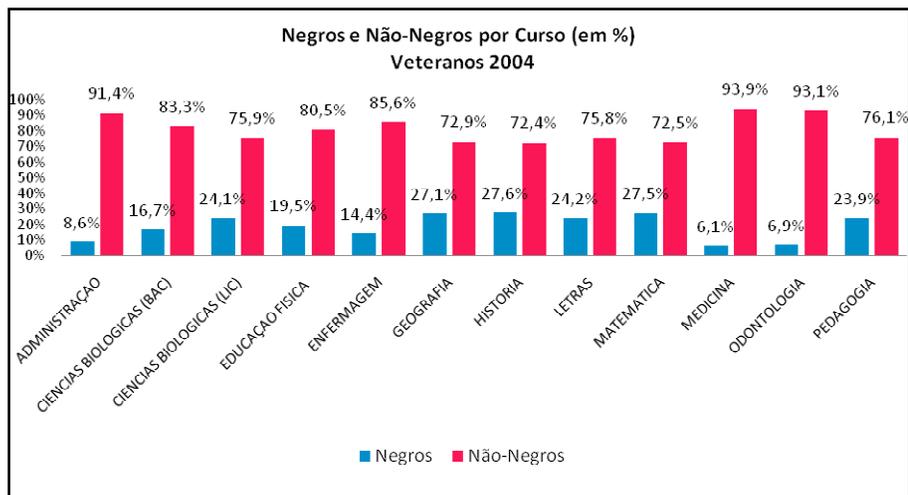
Fonte: CONUPE/UPE



Como podemos observar nos gráfico abaixo (02), as discrepâncias raciais ao final de 2004, isto é, a diferença entre a composição negra e não-negra nos cursos da UPE eram consideráveis. As graduações com os maiores percentuais negros eram, justamente, História (27,6%), Matemática (27,5%), Geografia (27,1%), Letras (24,2%), Licenciatura em Ciências Biológicas (24,1%) e Pedagogia (23,9%). Percebemos que em nenhum deles a representatividade negra chegava ao menos a 30% do total de estudantes, sendo, inclusive, reduzida fortemente em cursos de maior prestígio, como Medicina (6,1%), Odontologia (6,9%) e Administração (8,6%).

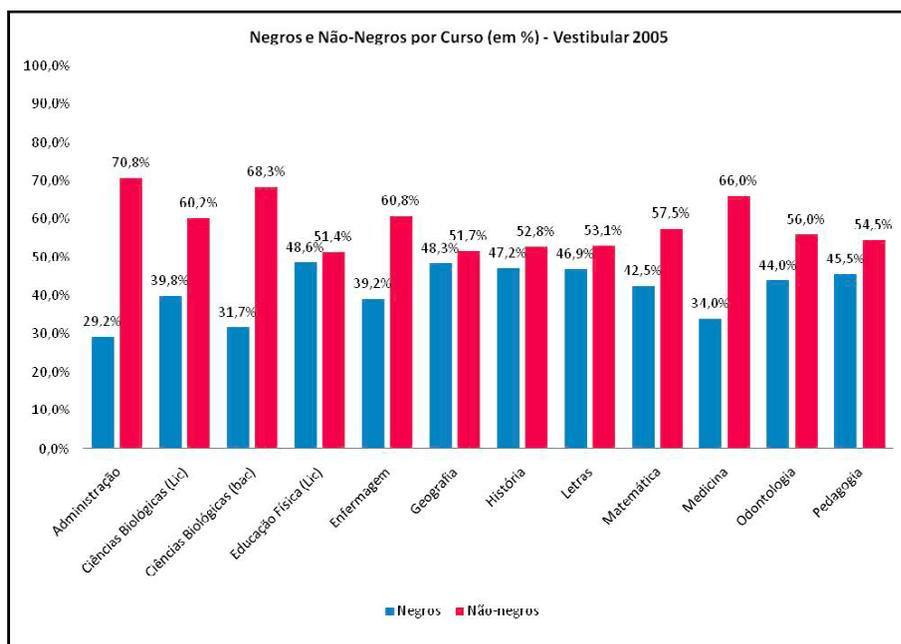
Gráfico 02

Fonte: UPE-PERFIL 2004



Observando o gráfico 03, referente ao vestibular 2005, percebemos que a política de cotas parece ter repercutido de forma visível na composição racial por cursos de graduação, aumentando substancialmente o percentual de negros por curso, como nos casos de Odontologia (agora com 44%), Medicina (34%) e Administração (29,2%). Não obstante, os negros também se tornaram amplamente representados nos cursos de Formação de Professores, como Geografia (48,3%), História (47,2%) e Letras (46,9%), demonstrando que a tendência de acentuação dessa população nesses cursos ainda é existente.

Fonte: CONUPE/UPE
Gráfico 03



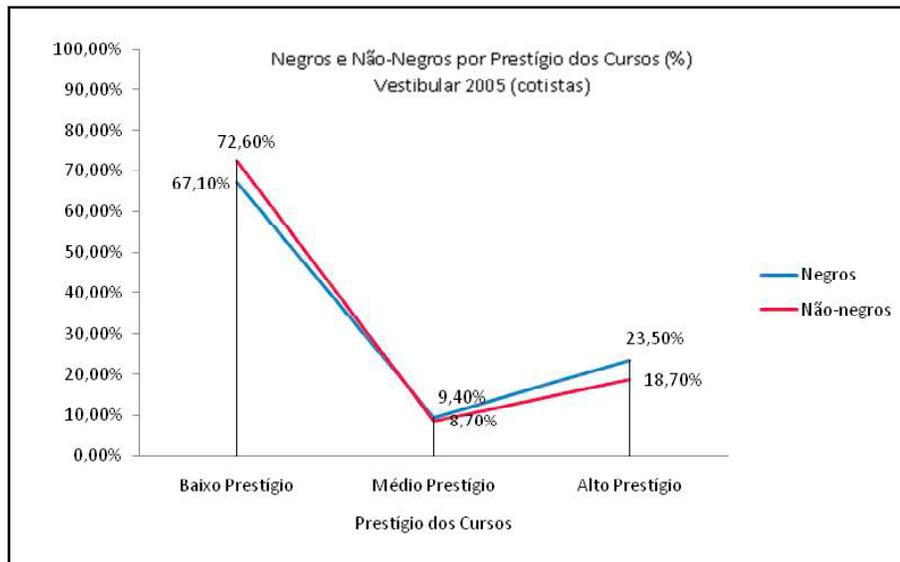
Focando a análise **entre os cotistas**, a partir de 2005, as diferenças entre os grupos raciais parecem não ser relevantes, indicando que ambos, negros e não-negros, acabam recorrendo a estratégias semelhantes: **focar-se amplamente nos cursos de Formação de Professores, considerados de menor prestígio e localizados fora do Recife e Região Metropolitana.**

Entre os cotistas, tanto o grupo negro quanto não-negro apresentaram profundas semelhanças (gráfico 04), sendo inclusive o primeiro ligeiramente superior (72,6%) na composição racial dos estudantes que cursaram integralmente ensino médio em escolas públicas municipais ou estaduais. De acordo com os dados, a composição racial parece ter mudado significativamente entre os cursos da Universidade de Pernambuco, assim como a representação de estudantes de escola pública (alvo prioritário da política afirmativa). Ao que podemos observar, dentre os cotistas, as desigualdades raciais não são profundas a ponto de diferenciar significativamente as estratégias educacionais de negros e não-negros inseridos nessa categoria, considerando que a grande maioria dos estudantes beneficiados pela política continua concentrada nos cursos de menor prestígio. Entre os cotistas, ambos os grupos raciais distribuem-se de forma bastante semelhante entre os cursos de baixo, médio e alto prestígio, de forma que as

freqüências não apresentam diferenças acima de aproximadamente 5%, como ilustradas no gráfico abaixo.¹⁷

Gráfico 04

Fonte: CONUPE/UPE



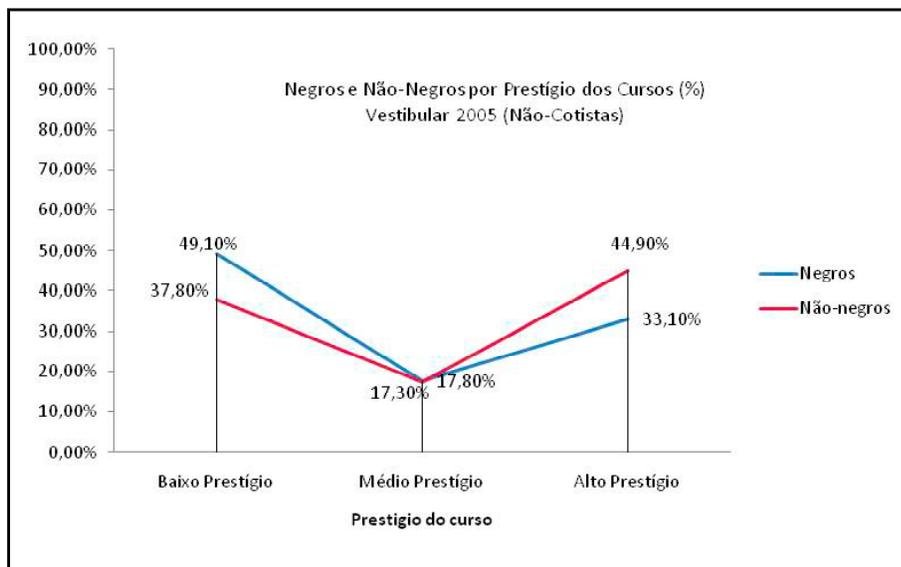
Já entre **os não-cotistas** (gráfico 05), a composição racial nos pólos de baixo e alto prestígio parece se inverter, como pode ser visto no gráfico abaixo, deixando os não-negros superiores na faixa elevada de prestígio e o negros majoritários na mais baixa.¹⁸

¹⁷ Gamma (Sig=0,049) apresentou uma significância estatística limítrofe entre raça e o tipo de curso classificado, identificando uma associação negativa baixa (-0,126).

¹⁸ Encontramos uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis (Sig.=0,000), e o coeficiente Gamma em 0,214, refutando a Ho de ausência de correlação monotônica entre as variáveis e mantendo a H1

Gráfico 05

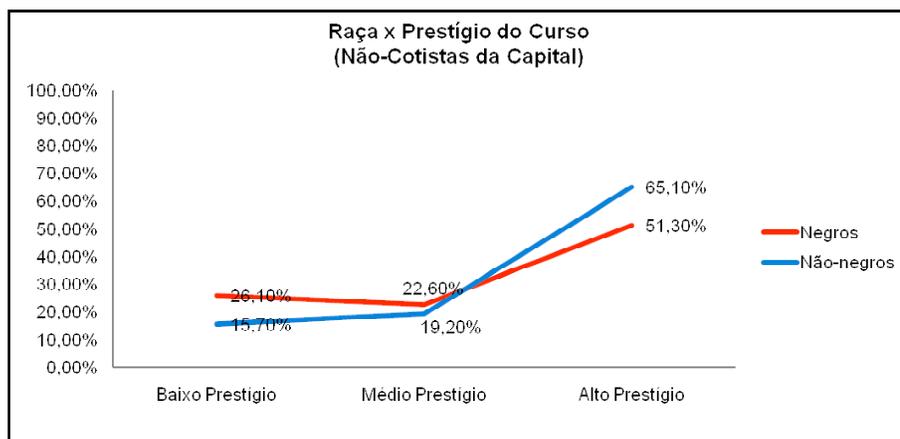
Fonte: CONUPE/UPE



Por meio de sucessivos cruzamentos entre as variáveis, observamos que as distribuições entre os grupos raciais indicam uma diferença mais aguda entre os **não-cotistas residentes na capital** (N=1.272). Nessa categoria, os não-negros ficaram com 15,7% nos cursos de baixo prestígio (contra 26,1% dos negros), 19,2% nos de médio prestígio (os negros com 22,6%) e concentrando-se nos cursos de alto prestígio com 65,1% (contra 51,3%), conforme ilustra o gráfico 06 a seguir.

Gráfico 06

Fonte: CONUPE/UPE



De acordo com os testes realizados, foi possível observar que as únicas correlações estatisticamente significativas ($p < 0,05$) se dão entre os negros e não-negros que não cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas municipais ou estaduais (**isto é, não cotistas**)¹⁹. O teste Gamma indicou uma associação positiva de 0,262, estatisticamente significativo com N.C a 95%, a qual podemos considerar baixa, porém existente. Com esse resultado, refutamos a H_0 de que não existe associação monotônica entre as variáveis, em outras palavras, de que não haveria associação entre ser negro e não-negro e as distribuições de classificados nos cursos de baixo, médio e alto prestígio. A análise do teste indica a manutenção da H_1 , a qual demonstra que à medida que se “eleva” a categoria racial de negro para não-negro, as distribuições comparativas entre matrículas nos cursos tendem a subir para o alto prestígio.

A análise dos resultados acima parecem demonstrar que o elemento racial torna-se mais agudo nas camadas *não oriundas* de escola pública e **residentes na capital**. Por essa perspectiva, apesar de não possuírmos nenhuma variável referente a renda entre os vestibulandos, podemos teorizar que é nesse recorte populacional que a desigualdade entre os grupos negros e não-negros está sendo captada mais fortemente. A explicitação acentua-se justamente nos grupos mais urbanos (capital), na composição referente aos cursos de alto prestígio, onde os estudantes negros classificados são 51,3% e os não-negros são 65,1%.

No que se refere as notas (escores) de acesso via vestibular, recorreremos ao teste T para amostras independentes visando comparar as médias entre os

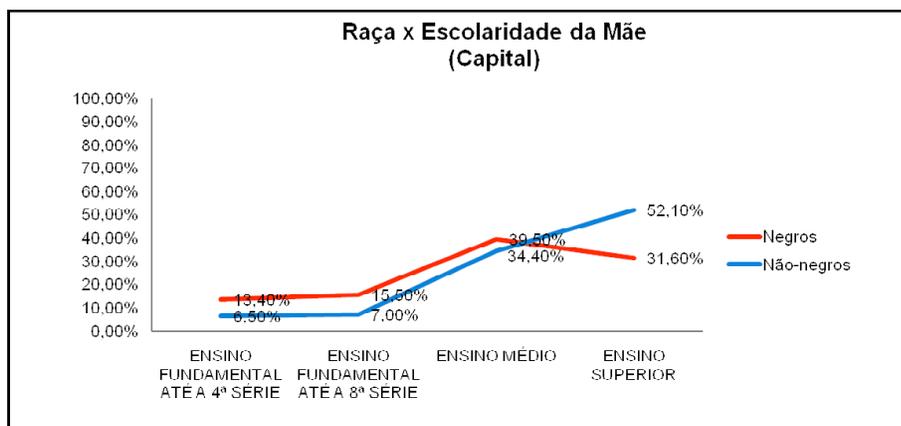
¹⁹ Utilizamos diferentes combinações de variáveis controle até detectarmos a especificidade dos não-cotistas da capital. Entre os cotistas da capital Gamma = 0,113 / Approx.Sig.= 0,201 (388 casos válidos); Cotistas do interior: Gamma = 0,058 / Approx.Sig.=0,700 (577 casos válidos); Não-Cotistas do interior: Gamma = -0,009 / Approx.Sig.= 0,927 (593 casos válidos)

grupos raciais²⁰. Como nos outros testes, encontramos significância estatística apenas nas diferenças das médias entre os **não-cotistas residentes na capital**. Os negros apresentaram uma média de 601,435, enquanto os não-negros ficaram com 611,896 (aproximadamente 10,4607 a mais que o primeiro grupo)²¹, corroborando os testes anteriores que indicavam que é nessa população que as desigualdades raciais tornam-se mais evidentes.

Como localização geográfica e oportunidades educacionais parecem estar bastante associadas, cabe tentar observar as diferenças nos níveis de escolaridade dos pais dos vestibulandos, captando alguns indícios de transmissão intergeracional de desigualdade entre residentes na capital e interior, negros e não-negros, refinando nossa análise. Por meio dos dados referentes ao vestibular 2005, é possível observar que as diferenças educacionais entre as mães dos vestibulandos negros e não-negros apresentam significância estatística **apenas na capital**²²

Gráfico 07

Fonte: CONUPE/UPE



²⁰ Como era de se esperar, encontramos diferença estatisticamente significativa entre as médias de cotistas e não-cotistas. Todavia, cotistas negros e não-negros tinham médias semelhantes, assim como os não-cotistas do interior.

²¹ Considerando N=1272, realizamos o teste de Kolmogorov-Smirnov da variável “score final do vestibular” que apresentou Sig.=0,595, mantendo a Ho de normalidade na distribuição, sem a necessidade de correção logarítmica. O *Levene’s test* indicou que as variâncias são semelhantes (Sig.=0,847), mantendo Ho, atendendo a mais um pressuposto teórico que fortalece a precisão do teste estatístico de comparação entre as médias dos grupos, os quais apresentaram uma diferença estatisticamente significativa (Sig.=0,000).

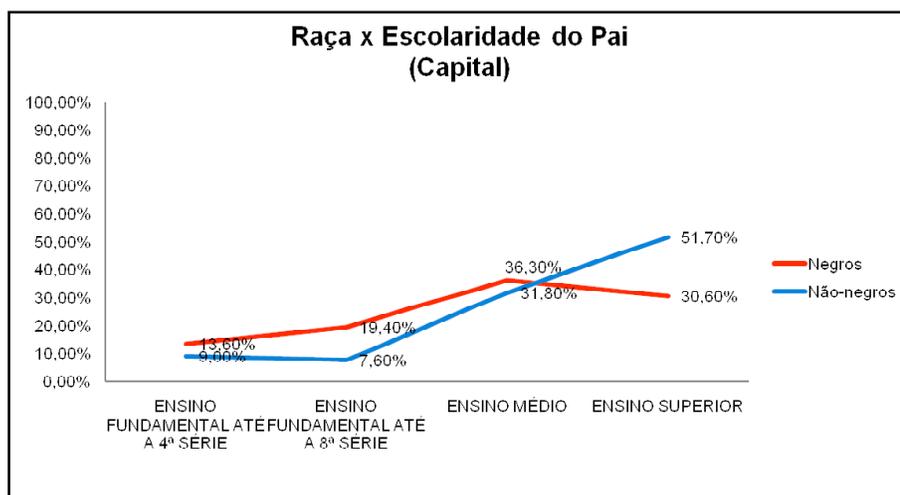
²² Entre os estudantes do interior as diferenças educacionais entre as mães de negros e não-negros não é significativa (Sig.= 0,437), indicando que as distribuições entre os níveis de escolaridade são basicamente semelhantes entre os grupos raciais.

(Sig.=0,000), apresentando um coeficiente Gamma positivo e moderado entre as variáveis raça e nível de escolaridade de mãe (0,368), indicando que a medida que se passa da categoria negro para a não-negro, na capital, o nível de escolaridade das mães dos estudantes tende a subir.

É possível constatar que enquanto 28,5% das mães dos estudantes negros têm até a 8ª série do ensino fundamental, as dos não-negros são 13,5% nesse intervalo. A distribuição torna-se mais equitativa no ensino médio (39,5% das negras contra 34,5% das não-negras) e polariza-se novamente no ensino superior, apresentando 52% das mães dos não-negros contra 31% das mães dos negros. A mesma tendência detectada na análise anterior acerca das diferenças educacionais entre as mães dos estudantes foi encontrada entre pais. Podemos observar uma relação estatisticamente significativa entre raça e nível educacional do pai no que se refere **apenas aos estudantes da capital**²³ (Sig.=0,000), o coeficiente Gamma indicou uma relação correlação positiva moderada (0,355) entre as variáveis analisadas, demonstrando que a medida que se “eleva” a categoria racial (do negro para o não-negro) o nível educacional dos pais também tendem a se elevar.

Gráfico 07

Fonte: CONUPE/UPE



²³ Entre os estudantes do interior o Sig.= 0,422 e Gamma=0,039, indicando ausências de significâncias estatística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em consideração os dados acima, podemos lançar a reflexão de que os não-negros da capital são mais eficientes em reproduzir-se na faixa educacional superior, uma vez que a quantidade de pais e mães desse grupo que possui curso universitário passa dos 50%, enquanto os dos negros dessa mesma localidade chegam aproximadamente a 30%. No tocante aos estudantes do interior, as diferenças educacionais dos pais e das mães entre os grupos negros e não-negros indicam que as baixas oportunidades de acesso a educação, característica dessa área geográfica de Pernambuco (e do Nordeste), afetam de forma muito semelhante a ambos os grupos raciais. As implicações dessa menor oferta de oportunidades sociais e educacionais se refletem, entre outras coisas, num movimento de mobilidade social ascendente de distância limitada, tanto para negros quanto não-negros nessa região. Em outras palavras nas buscas por ascensão social via educação, ambos os grupos raciais recorrem a estratégias semelhantes, possivelmente limitadas por fatores socioeconômicos e estruturais, voltando-se aos cursos de menor prestígio (porém universitários) localizados em suas regiões.

Num primeiro momento, os níveis de mobilidade intergeracional (ou pelo menos educacional) parecem ser maiores entre os estudantes do interior, considerando que a maioria de seus pais não possui ensino médio (58,6%), enquanto entre os da capital apresentam números bem menores (16,6%) nessa faixa de escolaridade. Entretanto, essa mobilidade, que parece encontrar-se limitada pelos fatores já citados, tem seu alcance reduzido às camadas inferiores de *status* ocupacional e de renda a que pertencem as áreas profissionais dos cursos de baixo prestígio.

Nesse sentido, a origem rural a que Ribeiro (2007) refere-se como um forte elemento de retenção da mobilidade em longa distância parece afetar de forma semelhante os grupos raciais do interior de Pernambuco, uma vez que suas condições sócio-educacionais são bastante próximas, as nuances relativas às desigualdades especificamente em nível de raça foram muito sutilmente captadas pelos bancos de dados.

Na capital, as diferenças entre os grupos raciais (nível educacional dos pais, média de acesso no vestibular, distribuição nos cursos de maior prestígio) explicitam-se, tornado-se significativas e, apesar das limitações dos dados nas análises que realizamos, podemos teorizar que existe um fator racial relacionado à composição dos cursos da UPE, em específico nos cursos da capital e que são considerados de maior prestígio. Esse fator torna-se mais evidente entre os grupos que não cursaram o ensino médio em escolas públicas, indicando uma tendência à existência de barreiras estruturais que afetam mais fortemente a população negra.

É possível lançar a reflexão de que a segmentação detectada indica estratégias ascensionais, via educação superior, que refletem uma estrutura de classe por meio da qual os estudantes de classes mais baixas ascendem à faixas ocupacionais inferiores, enquanto aqueles mais abastados continuam a reproduzir-se nos grupos profissionais mais elevados. À medida que os níveis de prestígio dos cursos vão se elevando, as estruturas de mobilidade tornam-se mais rígidas, uma vez que as desigualdades originadas nas classes de destino (educação dos pais, renda, ocupação, oportunidades sociais e educacionais, origem rural, etc.) manifestam-se tanto em nível subjetivo (na auto-exclusão, na escolha estratégica de cursos onde aumentem suas chances de aprovação (Teixeira,2003)), quanto em níveis mais objetivo, como as dificuldades financeiras de preparação e continuidade nos cursos (pagamento das taxas mensais, deslocamento intermunicipal, estadia, alimentação, material didático).

Entre os anos de 2007 e 2010 o processo de interiorização da Universidade de Pernambuco tomou mais impulso, levando a projetos de criação de cursos de Odontologia, Medicina e Direito (ainda não iniciados) em cidades localizadas no interior do estado (Garanhuns, Caruaru, Arcoverde, etc.). Tal movimento, ainda em seus primeiros passos, pode indicar novos caminhos e possibilidades ascensionais para grupos oriundos da Zona da Mata, Agreste e Sertão de Pernambuco e, possivelmente, deverá se tornar foco de análises subseqüentes.

Referências

- ANDRADE, Francisco Jatobá de. (2007). Relações Raciais, Multiculturalismo e Ações Afirmativas: As Cotas da Universidade de Pernambuco. *Dissertação de Mestrado em Sociologia*. Universidade Federal de Pernambuco.
- FERNANDES, Florestan. (1965). *A Integração do negro na sociedade de classe*. V 1. São-Paulo, Editora Dominus.
- _____. (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. V2. 3ª Edição. São Paulo, Ática.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (1999). “Ainda ações afirmativas: desigualdades contra desigualdades?”. in *Racismo e anti-racismo*. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2002). *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34.
- HASENBALG, Carlos (2005). *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.
- HASENBALG, Carlos/ SILVA, Nelson do Valle & LIMA, Marcia. (1999). *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria.
- HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle (org). (2003). *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbook editora.

HENRIQUES, Ricardo. (2001), *Desigualdades Raciais no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro, IPEA.

NERI, Marcelo (Coord.). (2005). “O Retorno da Educação no Mercado de Trabalho”. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Políticas Sociais. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/simulador/Quali2/index.htm>

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. (2007). *Estrutura de Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil*. Baurú-SP: Edusc-ANPOCS

TELLES, Edward. (2003). *Racismo à Brasileira*. São Paulo: Relume Dumará.

TEIXEIRA, Moema De Poli. (2003). *Negros na Universidade*. Rio de Janeiro: Pallas.

Resumo

O presente artigo é fruto de uma primeira análise acerca do impacto da política de cotas adotada pela Universidade de Pernambuco (UPE), que no ano de 2004 aprovou reserva de 20% de suas vagas para os estudantes oriundos de escolas públicas de Pernambuco. Os primeiros grupos de cotistas ingressaram no ano de 2005 e foram aqui analisados no intuito de observar tendências na composição sócio-racial entre os diferentes cursos.

Palavras-chave: Política de Cotas, Universidade de Pernambuco, Relações Raciais.

Abstract

The present article is the first analysis regarding the outcomes of a quota policy introduced by the University of Pernambuco (UPE), which in 2004 has approved an internal resolution reserving 20% of the undergraduate seats for the students from public schools of Pernambuco. The first quota students from UPE applied in 2005 and their profiles were analyzed to observe any possible effects about the socio-racial composition in different courses.

Key words: Quota policy, University of Pernambuco, Race Relations.

Recebido em 30/08/2010 e aprovado em 13/09/2010

